



## **DECRETO nº 648, de 19 de abril de 2007**

Dispõe sobre duração e prorrogação da jornada de trabalho dos servidores do Quadro do Magistério e dá outras providências.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM** no uso de suas atribuições legais;

### **DECRETA**

**Art.1º** Fica estabelecida, para os servidores do Quadro do Magistério e do Quadro dos Servidores da Educação, integrantes da Rede Municipal de Ensino de Contagem, a seguinte jornada de trabalho:

- I - para os cargos em comissão, função de confiança e função especial: 40 (quarenta) horas semanais;
- II - para os cargos constantes do Quadro dos Servidores da Educação, descritos no Anexo V, da Lei Complementar nº 017/2006: 36 (trinta e seis) horas semanais;
- III - para os cargos do Quadro de Magistério, compreendidos as classes de cargos PEB1, PEB2 e PED: 22 (vinte e duas) horas e 30 (trinta) minutos semanais de efetivo trabalho escolar.

**Art.2º** A critério do Poder Público, observados o interesse público, a conveniência e a necessidade do serviço, poderá ser autorizada prorrogação de jornada de trabalho, aos servidores ocupantes dos cargos de que trata o inciso III do art. 1º deste Decreto, enquanto no exercício das atribuições inerentes a tais cargos nas Unidades de Ensino, até o limite de 22 (vinte e duas) horas e 30 (trinta) minutos semanais, a que corresponderá o mesmo valor-hora previsto para a jornada normal.

**Art.3º** A carga horária do Professor da Educação Básica, em função de docência, compreende:

- I – hora/aula, que é o período de tempo em que desempenha atividades de efetiva regência de classe;
- II – hora/atividade, que é o período de tempo que desempenha atividades destinadas ao planejamento, avaliação, organização e registro do trabalho didático; à participação nas atividades e ações coletivas e colegiadas desenvolvidas pela escola; às reuniões pedagógicas; à articulação com a comunidade; à formação continuada; ao atendimento específico aos estudantes, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

**Art.4º** A prorrogação de jornada de trabalho de que trata o art. 2º deste Decreto é o instrumento utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura - SEDUC, para substituição temporária de servidores do Quadro do Magistério.

**Parágrafo único.** A prorrogação da jornada de trabalho para substituição de servidor de que trata o caput deste artigo somente poderá ser autorizada durante o período de vigência do calendário escolar da Unidade de Ensino.

**Art. 5º** A prorrogação de jornada de trabalho é de gerenciamento da Coordenadoria de Gestão dos Trabalhadores da SEDUC.

**§1º** O servidor interessado deverá requerer a prorrogação de jornada de trabalho, por meio de formulário específico, junto a Coordenadoria de Gestão dos Trabalhadores da SEDUC.

**§2º** Sendo deferido o requerimento de que trata o §1º deste artigo, a prorrogação de jornada será formalizada mediante assinatura de “Termo de Compromisso”, junto à Unidade Escolar.

**Art.6º** O servidor do Quadro do Magistério que estiver cumprindo prorrogação de jornada de trabalho receberá pela prorrogação o correspondente ao vencimento básico de sua carreira, sem prejuízo do recebimento da remuneração correspondente ao cargo ocupado.

**Parágrafo único** Quando a prorrogação de jornada de trabalho for inferior a um mês de trabalho, o vencimento devido pela prorrogação será proporcional aos dias trabalhados.

**Art.7º** O servidor em regime de prorrogação de jornada de trabalho terá direito à percepção da razão de 1/12 por mês de efetiva prorrogação de jornada, a título de décimo terceiro salário, bem como o benefício no tocante ao proporcional de férias.

**Art.8º** O vencimento correspondente à prorrogação de jornada de trabalho não será considerado para efeito de cálculo de proventos de aposentadoria.

**Art.9º** É vedado autorizar prorrogação de jornada de trabalho aos servidores de que trata o inciso III do art. 1º deste Decreto, nas seguintes hipóteses:

- I - com restrições médicas;
- II - em licença médica;
- III - detentor de 02 (dois) cargos na Rede Municipal de Ensino;
- IV - detentor de um segundo cargo público em outro ente federativo;
- V - detentor de título de estabilidade financeira (apostilamento);
- VI - detentor de cargo em comissão, função de confiança e função especial;
- VII - cedido para outros órgãos;
- VIII - com atuação fora da Unidade Escolar.

**Parágrafo único** Não se aplica a vedação de que trata o caput deste artigo aos servidores a que se referem os incisos VII e VIII deste artigo, que estiverem autorizados a atuar em Programas de Inclusão e Alfabetização.

**Art.10** Será cancelada a prorrogação de jornada de trabalho do servidor nas seguintes hipóteses:

- I - alteração do plano curricular da Unidade Escolar que implique em redução de turmas e/ou de carga horária;
- II - desempenho insatisfatório do servidor, declarado após avaliação realizada pela escola e referendado pelo colegiado escolar;
- III - quando o servidor entrar em gozo de licenças remuneradas ou não remuneradas;
- IV - desistência do servidor, a ser considerada a partir do 2º (segundo) dia de ausência não justificada;
- V - nomeação ou retorno do titular do cargo;
- VI - por interesse público devidamente fundamentado.

**Art.11** É vedada autorização de prorrogação de jornada de trabalho aos servidores de que trata inciso II do art. 1º, deste Decreto.

**Art.12** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.13** Revoga-se o Decreto nº 420, de 17 de julho de 2006.

Palácio do Registro, em Contagem, 19 de abril de 2007.

**MARÍLIA APARECIDA CAMPOS**  
Prefeita Municipal

**CLEUDIRCE CORNÉLIO DE CAMARGOS**  
Secretária Municipal de Administração